

Proposta para o controlo interno nas pequenas e médias empresas**Proposal for the Internal Control in Small and Median Companies**

Marlene Viamontes Rivero. Professor auxiliar. Instituto Superior Politécnico de Kwanza Sul

Angola. mviamontes1963@gmail.com 

António Venâncio Nunes. Professor assistente. Instituto Superior Politécnico de Kwanza Sul;

Angola. , tonyhabana23@gmail.com 

Luis Raúl Parra Serrano, Professor Titular. Instituto Superior Politécnico de Kwanza Sul;

Angola. luisraulparraserrano@gmail.com 

Recibido: 18 de enero 2021 | **Aceptado:** 26 de marzo 2021

RESUMO

O Sistema de Controlo Interno (SCI) constitui uma premissa e prioridade nas mudanças, nas políticas nos países em via de desenvolvimento como alternativa para combater a invulnerabilidade económica. O mesmo proporciona uma segurança razoável ao património contra possíveis perdas ou diminuições atribuídas pelos usos e disposições não autorizadas, e que as operações ou transações estão devidamente autorizados e registadas. Os recursos das empresas constituem os activos mais importantes, eles necessitam de um controlo sistemático. A presente investigação foi realizada no ano 2019 tendo em conta a importância do controlo interno em pequenas e médias empresas (PIME) do Município do Sumbe, Cuanza Sul; Angola, com o objectivo de elaborar uma proposta de procedimentos para o controlo dos recursos monetários, materiais, contas a receber e activos fixos. Utilizou-se diferentes métodos e técnicas de investigação assim como ferramentas específicas de auditoria em oito empresas. Os principais resultados da investigação demonstram que nas pequenas empresas não existe um procedimento para o controlo dos activos, na gestão de suas actividades e na utilização dos recursos. O resultado da investigação é que se conte com um procedimento flexível aplicável às médias e pequenas empresas, além disso se propõem instrumentos que permitem uma eficiente avaliação do SCI, que permitirá à entidade traçar as estratégias necessárias para erradicar as insuficiências e elevar a efectividade do sistema contábil na apresentação dos estados financeiros.

Palavras Chave: PIME; Auditoria; Sistema contábil; Activos.

Abstract

The Internal Control System (ICS) constitutes a premise and priority in the changes of the politicians of the developing countries as alternative to obtain the economic invulnerability. The work is intended to provide a reasonable security that the patrimony is preserved against possible losses or decreases due to uses and not authorized dispositions and that the operations are properly authorized and registered. The resources of the companies constitute the most important possessions, they need of systematic control. The present investigation was made in the year 2019, keeping in mind the importance of the internal control in small and medium companies (SMC) of the municipality of Sumbe, Cuanza Sul, Angola, with the objective of elaborating the proposal of a procedure for the realization of the control of the monetary resources, materials, bills to receive and active fixed. For the realization of the work different methods were used and technical of investigation as well as specific tools of audit in eight companies. The main results of the investigation demonstrated that the small companies do not have a procedure for the control of the assets; they maintain bigger administration of their activities in the use of their resources. The scientific novelty of the investigation is that it is bet by an applicable flexible procedure to medium and small companies, they also propose instruments that allow an efficient evaluation of the ICS that will allow to the entities to trace the necessary strategies to eradicate the inadequacies and to elevate the effectiveness of the countable system in the presentation of the financial states.

Key words: SMC; Audit; Countable system; Active

INTRODUÇÃO

O controlo interno surgiu a partir da necessidade do aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados pelas organizações, desde então, passou a ocupar um lugar de destaque no planeamento e execução das actividades operacionais. As diferentes definições têm evidenciado que o termo “controlo interno” passou a ser um assunto de relevância no âmbito internacional, consolidando-se como uma ferramenta de gestão.

Em Angola, a auditoria começou por ser uma exigência das grandes multinacionais ligadas ao sector petrolífero, tendo posteriormente abrangido o sector financeiro, fruto da regulamentação aprovada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) e o próprio Estado, através do Ministério das Finanças.

Contudo, o futuro da profissão de auditoria em Angola ascendeu o seu momento mais decisivo, com a constituição da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) a quem cabe a representação e defesa dos interesses profissionais dos membros e a gestão de todos os elementos relacionados com a profissão.

As empresas requerem de sistemas de controlo do seu património. Vários autores tem diferentes critérios sobre esta abordagem como o Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Audibra (1992), define o controlo interno como qualquer acção realizada pela administração para aumentar a probabilidade dos objectivos e as metas que serão alcançadas, como resultado de uma adequada planificação, organização e direcção.

Segundo COSO (1992), os componentes do SCI são os seguintes: ambiente de controlo, avaliação dos riscos, actividades de controlo, informação e comunicação e supervisão ou monitoramento.

Estas definições dos componentes do controlo interno, com um enfoque estratégico no desenvolvimento das entidades, devem incluir normas ou procedimentos de carácter geral para serem considerados no desenho dos SCI em cada entidade, acompanhados de critérios de controlo e de avaliação em algumas áreas da organização. A seguir analisam-se detalhadamente estes componentes:

Ambiente do controlo: o ambiente ou entorno de controlo constitui uma alavanca para o desenvolvimento de acções e reflete a actitude assumida pela alta direcção em relação a importância do controlo interno e sua incidência sobre as actividades da entidade.

Avaliação de riscos: a avaliação de riscos procura identificar os eventos que possam ter consequências operacionais, financeiras e estratégicas adversas, e então, encontrar medidas de prevenção ou que minimizem o perigo causado por eventos.

Actividades de controlo: as actividades de controlo são procedimentos que ajudam a assegurar que as políticas da direcção se levem a cabo, e devem estar relacionadas com os riscos que foram definidos pela a direcção.

Informação e comunicação: refere-se à forma e ao prazo em que as informações são identificadas, colhidas e comunicadas.

Sem informações não há controlo. As informações são vitais para que as organizações públicas ou privadas conduzam e controlem suas operações. Sem informação fidedigna e disponibilizada em tempo hábil, será difícil identificar as áreas de risco e agir em relação a elas.

Supervisão ou monitoramento: é o processo que avalia a qualidade do controlo interno no tempo. É importante monitorar o controlo interno para determinar se este está actuando de forma esperada e se for necessário fazer modificações.

Chiavenato (2003), define o controlo como a função administrativa que consiste em medir o desempenho a fim de assegurar que os objectivos organizacionais e os planos estabelecidos sejam realizados.

Crepaldi (2007), assegura que "os controlos são em realidade uma tarefa de comprovação para estar seguro que tudo encontra-se em ordem." Se os controlos aplicarem-se de uma forma ordenada e organizada, então existirá uma inter-relação positiva entre eles, a qual deverá constituir um sistema de controlo mais efectivo.

Pereira (2009), entende por controlo interno: o conjunto de métodos e procedimentos coordenados e adoptados por uma empresa para proteger seus bens, comprovar a eficácia de seus dados contabilísticos e o grau de confiabilidade que suscitem efeitos de promover a eficiência da administração e obter o cumprimento da política administrativa estabelecida pela direcção da empresa".

Os países em vias de desenvolvimento no meio das condições actuais perante a crise económica, traz consigo um estado de desestabilização e influência no processo de inflação na administração das empresa, as quais não tem em conta a aplicação de medidas do controlo interno tanto administrativo como contabilístico. Neste sentido a administração não tem controlo adequado dos meios e recursos disponíveis tanto material como financeiros. Portanto a administração não aplica medidas de controlo do património e não conhecem a utilização de suas operações os recursos. O anterior tem como consequências: o incremento dos custos e despesas operacionais; perdas do período e desequilíbrio financeiro.

Attie (2011), defende o critério que "é o conjunto de regras, princípios ou medidas enlaçadas entre si, desenvolvidas dentro de uma organização, com procedimentos que garantam sua estrutura, um esquema humano adequado os trabalhos atribuídos e o cumprimento dos planos de acção, com o objectivo de obter razoável protecção do património e obter ganhos, além disso as condições económicas actuais não permitem que as empresas cumpram os objetivos.

A fundamentação anterior permite identificar que existem insuficiências na implementação do controlo interno que limitam a veracidade da informação financeira que fornecem os estados financeiros nas pequenas e médias empresas no Município do Sumbe, província do Cuanza-Sul. O objecto de estudo do Sistema de controlo interno nas oito empresas do município

Sumbe. O campo de acção, a auditoria com o objectivo de elaborar uma proposta de procedimento para a realização do controlo dos recursos monetários, materiais, contas a receber e activos fixos das pequenas e médias empresas.

METODOLOGIA

Revisão documental: para Gil (1999), é importante quando o problema requer de muitos dados dispersos em diversas fontes. A pesquisa documental é bastante utilizada em pesquisa puramente teóricas, em boa parte a colecta de documentos para análise Marconi e Lakatos, (2004). No trabalho realizado, os dados colectados, partiram de fontes documentais como relatórios anuais referidos aos períodos.

Segundo Cervo & Bervian (2002), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objecto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Neste sentido esta técnica é aplicada de maneira única, por um pesquisador.

Para alcançar os objectivos propostos utilizaram-se os seguintes métodos de investigação científica do nível teórico e empírico assim como técnicas e ferramentas de auditoria. Os principais métodos foram Histórico-lógico, Análise-síntese, Indução-dedutivo e Inquéritos. As técnicas de auditoria utilizadas foram as verbais, observação, análise documental, normas, entrevistas a gestores, trabalhadores e funcionários, rastreio, contagem física dos activos, amostragem aleatório e ao azar de documentos. O anterior possibilitou estudar as questões relacionados com a origem e evolução das empresas, assim como estabelecer um ordenamento lógico nas transformações do conceito do controlo interno e da auditoria, avaliar o estado actual do controlo interno, identificar o problema da investigação, obter informação sobre o modo de proceder do controlo interno nas entidades objecto da investigação, detectar as debilidades do controlo interno nas empresas seleccionadas e determinar as fases e etapas do procedimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar uma revisão sobre o tema nas (oito empresas) detectaram-se as seguintes deficiências que colocam em risco a tomada de decisões, e o cumprimento de seus objectivos

empresariais, os quais se detectaram através de diferentes técnicas e métodos de investigação entre elas se podem citar as seguintes:

- Encontra-se desactualizado a notificação do fundo fixo de caixa da entidade;
- Não existe controlo sobre as despesas do consumo de energia; e serviços gerais;
- Não se analisam no conselho de direcção das entidades o plano de risco, não estão identificados as regras externas e internas e não se avalia a periodicidade de sua ocorrência, nem aparece a estimativa de sua importância ou perdas;
- Não conhecem os destinos finais dos activos fixos;
- Os gestores não tem um plano de risco das operações das despesas.

A partir dessas evidências fundamenta-se a proposta do procedimento feito para o estudo de vários procedimentos. Entre eles encontra-se a proposta elaborada por Fernández, (2009).

O sistema de controlo interno contém as seguintes fases:

- Preparação
- Diagnóstico
- Avaliação

A figura nº 1 mostra uma apresentação esquemática geral dos componentes do mesmo.

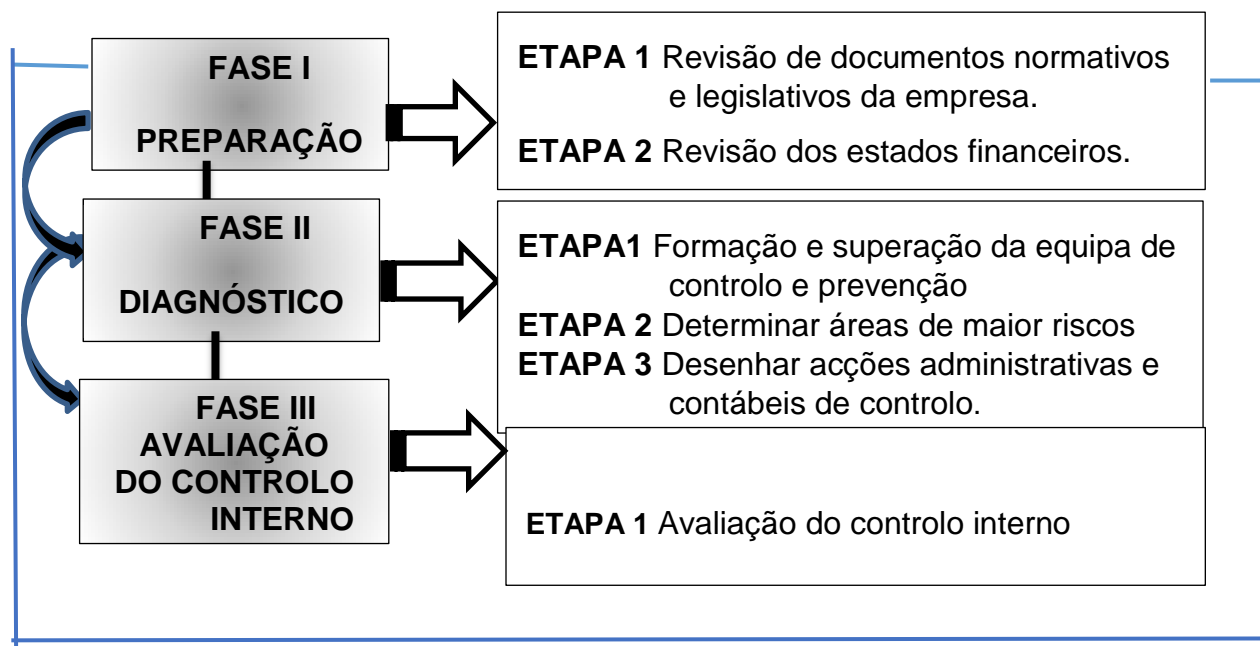


Figura nº 1. Apresentação esquemática geral dos componentes do procedimento

Objectivo: estabelecer as condições necessárias para implementação e aplicação de procedimento do sistema do controlo interno.

Alcance: é aplicável a todos os processos e áreas da empresa.

Responsabilidades e autoridades: é responsabilidade da máxima autoridade da empresa aprovar e aplicar o procedimento para implementar o controlo interno, assim como exigir o cumprimento de todos os aspectos contidos no mesmo. Pode ordenar a realização de auditorias internas necessárias e definir as medidas necessárias nos casos de incumprimentos ou violações do procedimento. É responsabilidade da direção de contabilidade e finanças velar pelo cumprimento dos aspectos regulamentados no procedimento, mediante comprovações para avaliar o grau de cumprimento disposto no mesmo e tomar as medidas, assim como a elaboração da informação primária com qualidade.

Documentos de referência: disposições vigentes no Diário da República, Decreto Presidencial nº 159/2017. Regulamento do procedimento de Inspeção Geral da Administração do Estado nos seus artigos 8 e 9.

Decreto executivo nº 32/2009 do Conselho de Ministros, capítulo I artigo 4 e o Plano Geral de Contas Nacionais e Gastos Vigentes no país.

Fase1. Preparação do processo de controlo.

Objectivo: esta fase tem como objetivo explorar o ambiente das actividades de controlo interno na empresa.

Etapa 1: inspeção e registros dos documentos normativos e legislativo da empresa.

A extensão do planeamento variará de acordo com: a dimensão do universo a controlar; a complexidade do controlo; a experiência que o controlador tem desse universo ou entidade;

Para a realização da etapa valoração do controlo interno utilizam os procedimentos de auditoria e realizar estudos prévios de:

Documentos normativos como: Regulamento de Procedimentos de Inspeção Geral da Administração do Estado e o Plano Geral de Contas Nacionais, aplicação dos procedimentos de auditoria como teste de controlo (TC), aplicação de testes substantivos com o objetivo de solicitar documentos prévios da realização da auditoria, realizar reuniões preparatórias com os funcionários e a administração com o objetivo de conhecer a finalidade da tarefa assignada, e o compromisso de fornecer informação necessária para o cumprimento dos objetivos seguidamente solicitar os seguintes documentos:

Director:

Acta de constituição da empresa: missão, visão, valores, contratos com os clientes, fornecedores, outras instituições, constituição jurídica, regulamentos da organização e relatórios

de controlos feitos anteriormente, relatórios do conselho de direcção, relatórios de reuniões de orientação e controlo da área de contabilidade, relatórios de auditoria feitas anteriormente.

Contabilista ou economista:

Plano de contas nacionais, estados financeiros do período anterior, arquivos de facturas, controlo de cheques, conciliações com clientes e fornecedores, livros auxiliares de existências, de activo fixo, de fornecedores, de vendas, controlo da produção em processo e terminada, livros auxiliares e registros de despesas por partidas e elementos, conciliações com as instituições financeiras, livros auxiliares de vendas,

Armazém:

Revisão de medidas de acceso, livros auxiliares de inventário, documentos primários como solicitações de materiais, selo de identificação do produto, notas de entrega ou devolução de materiais.

Caixa:

Documento de comprovação de fundo autorizado, documentos de comprovação de: entrega de efectivo como antecipação, ordem de depósito em banco e reembolso de efectivo.

Etapa 2: revisão de saldo das contas dos estados financeiros.

Deve - se ter em conta: Revisão de políticas contábeis estabelecidas pela organização exames físico, procedimentos para o tratamento contábil das operações. É necessário comparar os saldos das contas apresentadas nos estados financeiros com os documentos que justificam as mudanças das contas e os documentos primários estabelecidos pela empresa.

Fase 2. Diagnóstico do estado actual do controlo interno.

Objectivo: Diagnosticar o sistema de controlo interno implementado na empresa que permita avaliar a veracidade dos saldos das contas apresentadas no balanço geral e estado de resultado.

Nesta fase, determinam-se os problemas que afectam o desempenho da organização nos componentes do ambiente de controlo, avaliação de riscos, actividades de controlo, informação e comunicação e o monitoramento que contém de duas (2) etapas

Etapa 1. Formar e capacitar uma equipa de prevenção e controlo.

A finalidade de esta etapa é a criação de uma equipa de trabalho interdisciplinar encarregada da aplicação do sistema de controlo. Sugere-se que o Conselho de Direcção da empresa seja o responsável de constituir a equipa de trabalho que realizará a análise do sistema de controlo, seleccionar o pessoal idóneo capaz de garantir a efectividade da aplicação do procedimento.

Elementos a valorar:

- Nível profissional superior, membro directo da área contábil ou económica, revisão do cumprimento do perfil de competência domínio do sistema contábil e informatizado, clareza, conhecimentos das indicações legais, normas e resoluções e indicações estabelecidas pelos órgãos competentes.

Os integrantes da equipa:

1. Director da empresa. (Responsável de equipa).
2. Contabilista ou director económico. (Membro).
3. Trabalhador de muita experiência nas actividades da empresa. (Membro).

Etapa 2: determinação das áreas de risco.

Nesta etapa deve-se obter os critérios de revisão de documentos e a aplicação dos procedimentos e técnicas de auditoria aplicadas nas etapas anteriores e cumprir os seguintes passos:

1. Identificação e análises dos tipos de riscos;
2. Determinar e classificar os riscos externos (meio ambiental, políticos, sociais económicos e financeiros) e como internos (Estrutura organizacional, composição de recursos humanos, processo produtivo ou de serviço);
3. Determinar os objetivos de controlo tendo em conta os objetivos a alcançar mediante a aplicação de acções ou procedimentos do ponto de vista contábil como administrativas (acções éticas, morais, técnicas e organizacionais) para eliminar as causas tendo em conta os seguintes aspectos;
4. Registo oportuno de transações, acesso restrito a recursos e registos, separação de tarefas, responsabilidades e nível de utilização, controlo da tecnologia e informação, cumprimento de normas e regulamentos.

Risco de controlo: é a suscetibilidade do sistema de controlo interno da organização para prevenir, detectar ou corrigir qualquer distorção materialmente relevante que possa vir a ocorrer em qualquer tipo de asserção ou classe de transações.

Existem medidas de protecção contra os riscos identificados e avaliados que enfrenta a entidade, tais como: fraudes e furtos do pessoal, ou desvío de recursos e desastres naturais

Recomenda-se fazer o controlo aos seguintes grupos de contas:

Activo não corrente (meios fixos), ciclo de meios monetários (caixa e banco), ciclo de existências, ciclos de terceiros, ciclo de capital ou patrimônio, ciclo de proveitos, ciclo de despesas.

O controlador pode concluir que os procedimentos levados a efeito para obter a compreensão do sistema de controlo interno constituem prova de auditoria. Essa prova de auditoria, pode ser usada para suportar uma avaliação do risco de controlo.

Etapa 3: desenhar acções administrativas e contábeis do controlo.

Alguns aspectos a ter em conta para determinar os ciclos ou áreas de riscos.

Área de Administração.

- A direcção da entidade executa um processo sistemático de análise, avaliação e controlo de riscos (interno e externo) que atentam contra a integridade da entidade;
- Responsável: grupo de controlo interno. Período: mensal. Controlador: chefe de cada área;
- Existem medidas de protecção concretas contra os riscos identificados e avaliados que enfrenta a entidade, tais como: roubos, fraudes e furto do pessoal, desvio de recursos, desastres naturais; Responsável: grupo de controlo interno. Período: mensal. Controlador: chefe de cada área;
- Os trabalhadores conhecem as responsabilidades e tarefas que lhes correspondem no contrato de trabalho. Responsável: grupo de controlo interno. Período: mensal. Controlador: chefe de cada área;
- Cumpre-se o princípio de divisão de trabalho na execução de processos. Responsável: grupo de controlo interno. Período: mensal. Controlador: chefe de cada área;
- As operações contábeis e seus registos estão actualizadas. Responsável: grupo de controlo interno. Período: mensal. Controlador: chefe de departamento ou especialistas de cada ciclo;
- Existe no sistema de trabalho da empresa o controlo do funcionamento do equipa de controlo interno, Responsável: director da empresa. Período: mensal.

Área de Contabilidade

- Os saldos das contas correspondem com sua natureza. Responsável: grupo de controlo interno Período: mensal. Controlador: contabilista principal;

- Se elaboram correctamente nas datas estabelecidas todos os Estados Financeiros obrigatórios e analisados periodicamente no Conselho de Direcção. Responsável: especialista de contabilidade. Período: mensal. Controlador: director;
- Os registos contábeis tem acceso solamente o pessoal da área de contabilidade. Responsável: contabilista principal. Período: mensal. Controlador: economista;
- Nos armazéns terão acceso apenas o pessoal autorizados. Responsável: contabilista principal. Período: mensal. Controlador: economista;
- Existem condições de segurança e protecção pelo efectivo em caixa, armazém, productos ou activos e documentos da área de contabilidade. Responsável: economista: Período: mensal. Controlador: contabilista principal;
- Estão estabelecidos os procedimentos pelos responsáveis autorizados, solicitações de materiais e insumos. Responsável: director Período: mensal Controlador: contabilista principal;
- Estão actualizados os expedientes de clientes, fornecedores e movimentos de activos fixos até ao destino final, separação de funções relativo ao pagamento de salários e registos para o controlo de cheques e facturas. Responsável: economista: Período: mensal: Controlador: contabilista principal;
- Existem evidências documental do controlo de ocorrência de elementos e partidas de despesas os pagamentos pelos impostos e contribuições. Responsável: economista: período: mensal. Controlador: contabilista principal:

Área de Informatização interna

- Está definido o fluxo informativo que deve funcionar na entidade, a informação horizontal-vertical e a informação por destinos. Responsável do sistema contábil. Período: mensal. Controlador: contabilista principal
- Existem medidas de segurança e protecção da informação oficial classificada (desde sua elaboração até sua destruição). Responsável: director. Período: mensal. Controlador: contabilista principal.

Fase 3. Avaliação de controlo interno:

Objectivo: esta fase tem como objetivo aperfeiçoar o sistema de controlo interno da empresa tendo em conta os resultados obtidos no diagnóstico, áreas de maior risco.

Para avaliar o controlo interno.

- Satisfatório: é quando SCI, implementado na entidade garante o cumprimento dos objectivos do controlo interno.
- Aceitável: quando os erros detectados não têm influência no cumprimento dos objectivos do controlo interno.
- Deficiente: quando os erros mostram violações dos procedimentos estabelecidos e criam as condições pela ocorrência de pressupostos que afectam o cumprimento do controlo interno.
- Mal: quando as irregularidades ou fraudes comprovadas mostram violações que originam situações detectadas que pode ter ocorrido; a falta de organização no controlo da entidade afectam no cumprimento dos objectivos.

CONCLUSÕES

1. A proposta de procedimento para a realização do controlo interno dos activos das pequenas e médias empresas (PIME) garante a verificação da eficiência do sistema contábil e a confiabilidade da informação que fornecem os estados financeiros.
2. A aplicação de medidas do controlo interno tanto administrativo e contabilístico constitui uma ferramenta para manter os controlos efectivos, promovendo a melhoria contínua na gestão do património da empresa.
3. O controlo interno depende do factor humano para garantir o cumprimento das leis, os regulamentos e as políticas; o mesmo está sujeito a falhas no planeamento, e erros de avaliação da administração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Attie, W., (2011). Auditoria: Conceitos e aplicações. Atlas. 6. ed. São Paulo.
- AUDIBRA., (1992). Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Normas Brasileiras para o exercício da Auditoria Interna. 2ª ed. São Paulo.
- Cervo, A. L.; Bervian, P.A., (2002). Metodologia científica. 5.ed. São Paulo.
- Chiavenato, I., (2003). Administração nos novos tempos. 2. ed. Rio de Janeiro.
- COSO., (1992a). Internal control integrated framework. *Committe of sponsonring organization of the treadway committee*. Washington.
- Crepaldi, S., (2007). Auditoria Contábil: Teoria e Prática; Atlas, 4ª ed. São Paulo.
- Diário da República de Angola., (2017). Decreto presidencial Nº 159/2017.

Fernández A., A., (2009). Auditorías Principios y Procedimientos. Editorial Limusa. Cuba.

Gil, A. C., (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas. 5.ed. São Paulo.

Governo de Angola., (2009). Decreto executivo nº 32/2009 do Conselho de Ministros, capítulo I artigo 4 e o Plano Geral de Contas Nacionais e Gastos Vigentes no país. Lakatos, E. M.;

Marconi, M.A., (2001). Fundamentos de metodologia científica. Atlas. 4ª.ed. São Paulo.

Marconi, M.A; Lakatos, E. V., (2004). Metodologia científica. Atlas. São Paulo.

Pereira, M.A.A., (2009). Controlo interno e cultura organizacional: como consolidar a confiança na gestão dos negócios. São Paulo.